JORNAL DO BRASIL 21 NOV 2008

# Em favor das empresas, em favor da sociedade

**Paulo Octávio**
VICE-GOVERNADOR E SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO DO DF

Há tempos, tenho defendido que um dos principais agentes do desenvolvimento sustentado (leia-se crescimento econômico, com geração de emprego e renda) é o setor produtivo. São as empresas – sejam elas micro, pequenas, médias ou grandes – as fomentadoras do progresso, já que movimentam a economia, criam força de trabalho, alavancam o mercado e dão sua contribuição para a sustentabilidade de um país. Ao Estado, cabe dar as condições para que os empreendedores possam crescer e se tornarem fortes.

No Distrito Federal, especialmente, além do peso da administração pública local e federal, a força da economia gira em torno dos micro e pequenos negócios. Essas empresas, em sua maioria formadas por membros da própria família, respondem por, nada menos, que 92% de todos os empreendimentos produtivos da capital federal e das regiões administrativas, segundo dados do Sebrae. Por isso, a atenção especial do Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, às micro e pequenas empresas.

A pasta tem como uma das missões pétreas fortalecer e garantir a competitividade dos pequenos negócios, seja por meio de programas de fomento, como o Pró-DF, seja pela capacitação profissional dos empreendedores e trabalhadores, ou pelos vultosos investimentos de mais de R$ 150 milhões nas Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs). O nosso objetivo é contribuir para que as empresas cresçam e gerem mais e mais empregos.

E as ações não param. Prova disso, foi o recente projeto de lei encaminhado à Câmara Legislativa, que prevê a remissão de débitos fiscais de algumas categorias de microempresas, optantes do Simples Candango. Permissionários do Mercado de Flores, concessionários de bancas de jornais e revistas, feirantes da Torre de TV e de outras feiras livres e permanentes do DF, bem como os vendedores ambulantes, serão beneficiados com o perdão das taxas de ocupação, até julho de 2008, e dos tributos do ICMS, previstos no Simples Candango, até 2006. Ao todo, 4,5 mil pessoas jurídicas serão eximidas do pagamento dos tributos. Donos de quiosques também foram perdoados dos débitos da taxa de ocupação de área pública.

## No Distrito Federal a força da economia gira em torno dos micro e pequenos negócios

Outro projeto do Executivo, em análise dos distritais, é o que trata da remissão do IPTU, até 2006, às empresas instaladas na Área de Múltiplas Atividades (AMA) do Gama. O atraso na concessão da licença ambiental da área e a falta de infra-estrutura impossibilitaram que cerca de 350 empresários exercessem suas atividades. Com a proposição, o GDF corrige as distorções do passado e prova que está de mãos dadas com o setor produtivo na busca pelo fortalecimento da economia local.

Mas, se de um lado, o governo se preocupa com as empresas, do outro, também não mede esforços para corrigir as injustiças com os moradores de baixa renda. No mesmo pacote de remissão de débitos, o GDF encaminhou projeto de perdão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), para as regiões do DF onde a infra-estrutura urbana ainda é precária, como Itapoã, Estrutural, Varjão, Porto Rico, em Santa Maria, expansão da Vila São José, em Brazlândia, condomínios Sol Nascente e Pôr-do-Sol, em Ceilândia, além de algumas áreas do Recanto das Emas, Planaltina, Areal e São Sebastião.

Ora, se o morador ainda não pode usufruir de todos os equipamentos e serviços públicos adequados, nada mais justo do que o governo reconhecer tal deficiência e proceder com o perdão dos tributos. Mais de 46 mil famílias em todo o DF serão beneficiadas e todo o processo será feito em conjunto com as Administrações Regionais e com o apoio de agentes fiscais da Secretaria de Fazenda. Aqueles que pagaram o IPTU legalmente não serão prejudicados, pois o projeto também prevê que a Fazenda deverá compensar os valores pagos e abater nos exercícios fiscais de 2009 e 2010. Todas as propostas já foram encaminhadas ao plenário e constam da pauta de votação dos deputados distritais.

Com essas ações, o governo prova que continua primando pela legalidade, mas, sobretudo, pela justiça social. Empresas fortes têm mais capacidade para gerar novos postos de trabalho, fato que se reflete diretamente em benefícios para a economia e para a população. Ao mesmo tempo, moradores de regiões privadas dos equipamentos públicos terão novo alento, já que o governo reconheceu que só é possível cobrar a contrapartida da arrecadação, à medida que os impostos são reinvestidos em benefício do próprio cidadão. Isso é compromisso com o crescimento sustentado e com a justiça social.